

Malaca

**Portugal e o Oriente:
História e Memória**

Coord.
João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva



Palimage
A Imagem e A Palavra

Índice

Programa do ciclo “Malaca”	7
Apresentação.....	9
Conferências	
D. Carlos Ximenes Belo, <i>A Conquista de Malaca e o início da Fundação das Missões Católicas no Sudeste Asiático</i>	15
Manuel Lobato, <i>Malaca: mito ou realidade? Representações de um entreposto luso-malaio entre a Índia e a China</i>	55
José Manuel Garcia, <i>Da busca das Índias à formação do Estado da Índia</i>	73
Exposição Iconográfica e Cartográfica. Portugal e o Oriente.	
História e Memória. 2. Malaca	99
Roger Lee de Jesus, <i>A Insulíndia e o Comércio Inter-Asiático</i>	100
Ricardo Rodrigues, <i>A(s) Urbe(s)</i>	116
Joel Gonçalves Sabino, <i>A Gesta Evangelizadora na Insulíndia na primeira metade do século XVI</i>	139
Nuno Filipe Malva Oliveira, <i>A Civilidade na Insulíndia de Quinhentos: as vivências em Malaca e Java</i>	153

Apresentação

Em 1509, terão chegado a Malaca os primeiros portugueses, os quais, motivados pelo reconhecimento oficial que era conferido à informação prestada, logo se dispuseram a dar notícias ao Rei e aos seus representantes superiores no Oriente, onde estava em vias a constituição de um domínio (“Estado”) luso. Concretamente, um Rui de Araújo, ainda que cativo em Malaca, fará a primeira descrição desta cidade, a saber: a população cifrar-se-ia entre os 40 000 e os 50 000 residentes, pois o número de fogos poderia ser calculado em 10 000; as casas eram predominantemente de madeira com cobertura de palha; o habitat era do tipo aglomerado-alinhado ao longo do rio que servia a cidade; muitas habitações estavam implantadas em estacaria sobre a água.

Palúdica e praticamente estéril, esta Veneza do Oriente era, quase obrigatoriamente (diríamos), procurada por mercadores e viajantes provenientes das mais diversas paragens do Índico-Pacífico. Em sítio abrigado das monções (no que levava vantagem a Singapura), diariamente numerosas embarcações locais (cerca de uma centena de “juncos” e meia centena de “paraus”) serviam-se das marés e dos “terrenhos” (ventos que sopravam da terra) para abastecerem a cidade. Mais condicionados, no que à grande navegação diz respeito, estavam as que, de longe, demandavam a península Malaquesa. A saber: só com os “nortes” e os “nordestes” (ventos destes quadrantes que sopravam entre Novembro e Abril) é que podiam chegar os mareantes da China, do Camboja, do Sião ou do Pegu, isto é, do espaço a oriente de Malaca; os mesmos ventos, como é lógico, permitiam o retorno dos que, tempos antes, haviam desgarrado da Índia e de outras regiões ocidentais,

em busca desta “cidade-mundo”. Por sua vez, entre Maio e Agosto, ou seja, com os ventos “sul” e “sudeste” movimentavam-se, de regresso, as embarcações que haviam chegado entre Novembro e Abril. Enfim, esta assimetria das monções fazia de Malaca uma cidade “encontradiça”, obrigatoriamente cosmopolita e abundante dos mais variados bens.

Sabendo da importância geo-económica de Malaca, em 1511 Afonso de Albuquerque, naturalmente com o consentimento do rei de Portugal, tomará a cidade. Referindo a sua importância, sobretudo económica, Fernão Lopes de Castanheda considerará o porto de Malaca como “[...] a mayor escala das mais ricas mercadorias que se então sabia no mudo”, acrescentando João de Barros que embarcações das mais diversas proveniências, “todas no tempo de suas monções concorriam áquela riquíssima Malaca, como a um emporio, e feira universal do Oriête”. Mais preciso, em carta datada de Malaca a 19 de Novembro de 1556, o P.^o Baltasar Dias dirá que “[...] no trato hé esta terra mais grossa, segundo dizem, que Veneza, porque a ella acode, comumente, no ano, de todas as partes, muito ouro, prata, pedraria, ambre, almisce, beijoim, ágilla, seda, damasquos, pimenta, marfim, espravos e todo o genero de cousas que se buscar em muita superabundancia”. Em finais do século XVI, o autor anónimo do *Livro das Cidades E Fortalezas, Que a Coroa De Portugal tem nas Partes da India* confirmará que, por “[...] esta cidade estar na melhor e mais commoda paragem para todas estas navegações: concorrem a ella todos os navegantes dos mares da India (que lhe ficão ao occidente) a fazer suas commutações e comercios com os navegantes daquelles mares do sul (que lhe ficão ao oriente)”.

Enfim, pelas razões que acabamos de inventariar, sumariamente, também os portugueses foram convertendo Malaca a posto de observação dos “mundos” que esta cidade-mundo lograva definir e, até, em parte submeter. Concretizemos, também, um pouco, a visão regionalista que os “nossos” iam adquirindo, adiantando que tal visão foi quase fulgurante. Assim: a 6 de Janeiro de 1514 (cerca de 3 anos após a conquista de Malaca), já Rui de Brito, o Governador português desta “cidade mundo asiática”, tem uma visão político-militar e sócio económica dos principais países/reinos do Índico-Pacífico, a saber:

De Sião dirá ser terra grande e rica em lacar, benjoim e sobretudo arroz. Outro tanto referirá sobre Pegu, acrescentando ser terra que “mais firme

trato tem com Malaca, porque aquy despendem suas mercadorias e daqui se fornece”. De Bornéu, em três juncos anuais, era costume chegarem a Malaca, trazidos por mercadores “mouros” (muçulmanos), mantimentos, cânfora e aljôfar. De Java, em viagem de ida e retorno que demorava cerca de três meses, tinham vindo, naquele ano, cerca de 1200 quintais de cravo. Da China haviam alcançado Malaca, em 1513, quatro juncos em missão de prospecção político-diplomática face à nova situação, já que os chins era gente que “sabe bem a mercadoria” e “vendem tudo grandemente”. De muitos mercadores e de grande trato era também Bengala, terra exportadora de roupa e de todo o género de conservas em açúcar “de que se fornecem todas estas terras”. De Paleacate, Coromandel e de Naor aportavam a Malaca ricos panos de toda a sorte que eram vendidos e trocados por estanho, ouro e cousas da China. Também Cambaia, a principal cidade de Guzurate (no Indo), exportava, para Malaca, muita roupa, embora de qualidade mais baixa. De Timor dirá Rui de Brito ser ilha a leste de Java, com muito sândalo, mel e cera, mas, por ter gente cafre e não dispor de embarcações capazes de navegar a grande distância, as comunicações dificilmente funcionavam. E muito mais diz esta carta de Rui de Brito sobre o grande entreposto que era Malaca e das conexões que, à escala do Índico-Pacífico, lograva estabelecer.

A importância e a curiosidade conferidas pelos lusos a esta cidade oriental suscitaram-lhes, até, a indagação de alguns traços históricos. Concretamente, apuraram que, com a riqueza que o comércio lhe foi proporcionando, Malaca, estimulada certamente pela presença dos muçulmanos, logrou cortar, antes da chegada dos lusos ao Oriente, os laços que politicamente a uniam ao rei de Sião. É esta, pelo menos, a versão histórica que o nosso Duarte Barbosa transmite.

Como conquistadores, os portugueses procuraram instalar-se, estrategicamente na cidade, sem deixarem de ter em conta a salubridade. Assim, entre a “povoação” (bairro) dos “mouros”/muçulmanos e a dos “gentios”, mas escolhendo o sopé de uma pequena elevação, ergueram uma fortaleza, “com muros de pedra e cal e de taipa com seus baluartes muito forte”, que rodeava o referido monte. Dentro, em lugar altaneiro, destacar-se-ia, a par da torre de menagem, a igreja de Nossa Senhora da Assunção. Exteriormente, deixaram que se espraiasse a cidade dos “outros”, agora

submetida aos “nossos”, até 1641, ano em que passou para a posse dos holandeses.

Urbanisticamente, os portugueses, tendo como referência as cidades Ibéricas, não ficaram impressionados com a grandeza dos edifícios daqueles gentios. A povoação era quase toda de casas de madeira com coberturas de folhas de palma. Impressionou-os, sim, “o grande numero de povo e a multidão das náos e navios”. Malaca era, de facto, uma cidade preferencialmente aberta para o mar, quase se esquecendo da terra. É que, sendo a área litosférica mais próxima alagadiça, tudo o que se comia na cidade lhe vinha de fora, não padecendo, contudo, de privações, porque o grande comércio a sustentava.

O ciclo comemorativo “Malaca – Portugal e o Oriente: História e Memória”, à semelhança do anterior, intitulado “Goa – Portugal e o Oriente: História e Memória”, abriu com uma “Exposição Iconográfica e Cartográfica”, montada no átrio do Teatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras de Coimbra. Colaboradores, integrados no Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentam, em lugar próprio desta publicação, as peças expostas e agrupadas por temas ou domínios desde a realidade mais concreta (como o comércio ou a urbanização) à mais intangível (como a evangelização e a civilidade).

Outra componente importante deste ciclo é, uma vez mais, as conferências proferidas por especialistas convidados. A todos, os coordenadores científicos deste ciclo comemorativo dirigem felicitações e agradecimentos inteiramente justificados.

Coimbra, Março de 2012

João Marinho dos Santos

(Coordenador Científico do Centro da Sociedade e da Cultura)